

REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Augusta Eulália Ferreira¹
Suely Dulce de Castilho²

RESUMO

Este artigo se insere no contexto de uma dissertação de mestrado e traz resultados de uma revisão sistemática realizada com o objetivo de CONHECER os estudos desenvolvidos sobre a temática EDUCAÇÃO QUILOMBOLA, a fim de verificar lacunas ainda carentes de serem preenchidas por uma nova pesquisa. Intenta compreender como estas escolas vêm se configurando no estado de Mato Grosso e se há contribuições do Movimento Social quilombola para a efetivação de uma educação específica e diferenciada. A Revisão sistemática é um importante procedimento metodológico que objetiva sintetizar os estudos realizados acerca de determinado tema. No caso desta revisão, pesquisei em bases de estudos acadêmicos, utilizando descritores em língua portuguesa: educação quilombola, educação e comunidades negras rurais, movimento quilombola e educação e localizei 5 teses de Doutorado, 46 dissertações de mestrado e 9 artigos. Após avaliação, selecionei 2 teses, 8 dissertações e 4 artigos que me apresentaram mais informações no que tange a prática pedagógica diferenciada de escolas inseridas em Quilombos e as contribuições do movimento social quilombola para a sua efetivação. Esta revisão sistemática aponta para a necessidade de novas pesquisas no âmbito escolar que aprofundem o debate em torno de uma educação quilombola em suas especificidades. Palavras-chave: Educação escolar quilombola, educação e comunidades negras rurais, movimento social quilombola e educação.

1. Introdução

Este artigo se insere no contexto de uma dissertação de mestrado em andamento e traz resultados de uma revisão sistemática realizada com o objetivo de conhecer os estudos desenvolvidos sobre a temática Educação Quilombola, a fim de verificar lacunas, ainda carentes de serem preenchidas por uma nova pesquisa. A questão que permeia esta pesquisa é: como os estudos sobre a Educação Escolar Quilombola vem se configurando no Estado de Mato Grosso e quais as contribuições do Movimento Negro para esta educação no Estado?

Fazemos o uso do termo Quilombo reconhecendo que, como nos aponta Santana (2005, p. 11) há uma complexidade e diversidade quanto à nomeação destas comunidades. Conforme o autor são utilizados termos tais como, “Terra de Pretos”, “Comunidade Rurais tradicionais”,

1. Augusta Eulália Ferreira é Mestranda em Educação na linha Movimentos Sociais, Política e Educação Popular na Universidade Federal de Mato Grosso. Participa do Grupo de Pesquisa GPMSE - Grupo de Pesquisa em Movimentos Sociais e Educação. E-mail: augustaeulalia@gmail.com

2. Suely Dulce de Castilho é Doutora em Educação pela PUC de São Paulo; e Professora do Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação, e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso.

“Comunidades negras”, “Terras de Santa” ou simplesmente “Quilombos”, “Mocambos” ou “Calhambolas”, o que exprime, portanto, tal diversidade”.

O fundamental é o fato de que, independente da denominação, os territórios quilombolas se deram na constituição de um espaço “especial”. Segundo o mesmo autor “Naquele espaço de liberdade, índios, brancos pobres, crioulos ou africanos de etnias diferentes, podiam livremente expressar seu modo de vida e possivelmente transmitir aos seus descendentes que eles não eram ‘cativos’ (p.14)”.

Atualmente, constam no Cadastro Geral de Comunidades Remanescentes de Quilombos da Fundação Cultural Palmares 2.131 comunidades, localizadas nas mais diversas regiões brasileiras, sendo o estado da Bahia um dos estados com o maior número de comunidades quilombolas. Em Mato Grosso, segundo dados da mesma Fundação, são 70 comunidades.

Nestas comunidades, as identidades estão sendo gestadas no entre-lugar, potencializadora de novas representações, o que permite caracterizar o quilombo como “lugar aprendente” que precisa ser reconhecido também como “lugar ensinante” (FIGUEIREDO, 2009). São comunidades que apresentam riquezas de serem sentidos e que, no entanto, ainda são pouco contempladas pelas pesquisas acadêmicas. Nosso estudo procura se não preencher, ao menos amenizar esta lacuna.

Este texto está organizado em quatro partes. Na primeira fizemos um esclarecimento metodológico de como a pesquisa foi desenvolvida. Na segunda esboçamos uma análise teórica e histórica de como tem sido desenvolvidas as políticas educacionais para os negros no geral e nos quilombos em particular. Na terceira parte, descrevemos o resultado da pesquisa e na última fizemos algumas considerações do que foi tratado no texto como um todo.

2. Esclarecimentos Metodológicos da Pesquisa

Para o desenvolvimento e registro deste trabalho, seguimos os procedimentos metodológicos da Revisão Sistemática Integrativa, proposto por Botelho, Cunha e Macedo (2011), que busca traçar uma análise sobre o conhecimento já construído em pesquisas anteriores sobre determinado tema. Este método possibilita a síntese e a análise de vários estudos já publicados, permitindo assim a geração de novos conhecimentos pautados nos resultados de pesquisas anteriores.

A pesquisa partiu da definição de um problema e a formulação de uma pergunta: Como os estudos sobre a educação escolar quilombola vêm se configurando no Brasil. A partir dela, definimos as palavras-chave e construímos a estratégia de busca. Utilizamos palavras-chave

em língua portuguesa: educação quilombola, educação e comunidades negras rurais, movimento quilombola e educação e buscamos em bases eletrônicas de estudos acadêmicos da Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Biblioteca Digital da Unicamp, da USP e também da Scielo. Por meio deste procedimento, localizamos 5 teses de Doutorado, 46 dissertações de mestrado e 9 artigos, desenvolvidos entre os anos de 1999 a 2012.

Em seguida, estabelecemos como critérios de inclusão e exclusão os seguintes aspectos: produções por regiões, conceitos de Educação Escolar Quilombola, apontamentos para uma educação escolar específica e diferenciada, contribuições do Movimento social Quilombola. Assim foram classificadas 2 teses, 16 dissertações e 6 artigos para uma leitura criteriosa dos títulos, resumos e palavras-chave destas publicações. Observando os seguintes aspectos: localização da pesquisa (Estado, Cidade), objeto da pesquisa, instrumento utilizado e resultados, 2 teses, 8 dissertações e 4 artigos foram lidos na íntegra e que pareceram tentar responder as perguntas norteadoras desta pesquisa. Os resultados desta pesquisa são apresentados a seguir.

3. Educação Quilombola e Escola: A Construção de um Diálogo.

Considerando que a Educação é um processo que faz parte da humanidade e está presente em toda e qualquer sociedade, podemos assim dizer que a Educação Quilombola é aquela própria de um povo, diversa e vinculada a uma especificidade cultural. Embora com algumas semelhanças entre comunidades, em suas maneiras de estabelecer processos educativos, cada uma tem sua dinâmica influenciada pelas formas tradicionais de organização social. Na maioria destas comunidades, a socialização dos conhecimentos, das tradições, do “ser quilombola”, se dá a partir da convivência e observação dos mais velhos, tendo a tradição oral como o mais importante meio de transmissão do conhecimento. É um processo amplo de relações que inclui família, membros da comunidade, relações de trabalho, relações com o sagrado e as vivências inclusive nas escolas, nos movimentos sociais ou em outras organizações. (CASTILHO, 2008; SILVA, 2005 e OLIVEIRA, 2009).

Podemos afirmar, portanto, que a Educação Quilombola é aquela ‘original’, marcada pela liberdade de ser de um povo. E aqui o conceito de “Educação” adquirirá um sentido mais amplo e complexo, uma vez que ela abriga sentidos subjetivos e marcantes para os indivíduos envolvidos na relação, (SANTANA, 2005, p.121) contribuindo assim para a ampliação da cidadania de um povo.

Por outro lado, a Educação Escolar (como instituição, como sistema de ensino) no seu sentido histórico, no primeiro momento, se posta como negadora do ser quilombola, pois tende

a se vincular a um processo negador da diferencialidade. Enquanto a Educação Quilombola procura a possibilidade de agregar um aprendizado associado ao desenvolvimento de valores como solidariedade, comunalidade e afetividade, a Escola tradicional, historicamente, traz como possibilidade um saber alheio ao sujeito e muitas vezes distante do seu cotidiano (IDEM, p 114).

Para compreendermos esta distância entre escola e educação no espaço quilombola, sem considerar neste momento as possibilidades desta se tornar um instrumento potencializador para esta sociedade, é importante ter como base a trajetória desta escola racista e por isso excludente.

Historiadores da educação do negro, dentre eles Fonseca (2002) e Cunha (1999), registram que, nos fins do século XIX, se esboçaram os primeiros movimentos pela inclusão educacional do negro, no entanto, estas primeiras iniciativas não passaram de intenção. As poucas políticas que existiram não foram pensadas visualizando a inserção do negro na sociedade livre, cujo processo estava em curso. Mas como afirma Fonseca (2002, p.183) “no centro das práticas educativas foram colocados elementos que, ao longo da escravidão, haviam sido permanentemente acionados como estratégias de dominação sobre os negros: o trabalho e a religiosidade”.

É importante registrar aqui que sempre houveram movimentos isolados do próprio negro buscando a sua escolarização no sentido de apropriação da leitura e da escrita. Inclusive, segundo Cunha (1999), vários destes negros letrados tiveram um papel importante no movimento abolicionista e pós-abolicionista. Enquanto o estado permaneceu omissos ao assunto. Passaram-se muitos anos até que passos mais concretos fossem dados na legislação.

Em 1966, a ONU realizou em Nova York a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, estabelecendo formas de intervenção para a superação do racismo e suas consequências, destacando o papel da educação para a garantia do respeito aos direitos, incluindo a análise das causas e das consequências do racismo (SODRÉ, 1999, p. 21). Esta formulação foi importante para que os países racistas repensem sua condição e formulem políticas de superação.

Mais recentemente no Brasil, em 2003, como resultado de luta do Movimento Negro no geral e quilombola em particular, foi sancionada a Lei Federal 10.639 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96, tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar da educação básica. Em consequência, cria as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais que estabelece a inclusão de conteúdos sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira no currículo

e orienta novas práticas e atitudes pedagógicas no processo de formação nacional (SODRÉ, 1999, p. 22).

Apesar dos avanços, as pesquisas apontam que a escola vem sendo implementada nas comunidades quilombolas considerando pouco ou quase nada das suas especificidades. Continua com suas características predominantemente excludentes, onde seus currículos se baseiam no modo de vida urbano, de classe média e “branca” (CASTILHO, 2011).

Para que a escola cumpra seu papel de intermediadora dos conhecimentos nestas comunidades, é imprescindível um novo olhar sobre a inserção do povo negro, considerando-o como fazedor do conhecimento, na sua tendência natural de sujeito da construção de saberes, respeitando sua história e suas práticas culturais. É pressuposto fundamental para uma educação antirracista, e além, que esta reafirme a importância de se garantir a criação e recriação física e cultural de comunidades que passaram séculos relegados às margens da sociedade nacional e que ainda hoje enfrentam os efeitos deste período.

Para Cavalcante (2011, p. 02) a Lei 10.639/03 se caracteriza como um instrumento de superação antirracista. No dizer do autor, “essas ações afirmativas estão servindo como instrumento de superação dessa educação tradicional e arcaica ainda fortemente presente nas escolas quilombolas”. Tais ações se tornarão cada vez mais efetivas ao passo que os sujeitos instrumentalizados e instrumentalizadores, forem as próprias comunidades quilombolas, reconhecidas e reafirmadas no ser elas mesmas também na definição da escola que querem.

O Ministério da Educação e Cultura – MEC (2010) ressalta que, os quilombolas têm uma importância significativa no âmbito social, político e cultural e que se faz necessário a valorização das “terras de preto” dentro de um planejamento coerente e capaz de estimular experiências que levem a um desenvolvimento local sustentável. Assumindo este discurso, o Governo Federal, em conjunto com Estados e Municípios, passaram a contemplar ações como: Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, visando à construção de currículos que valorizem a população negra e a contribuição cultural dos afro-brasileiros; reformulação dos materiais didáticos, contemplando temas como: A presença afro-brasileira na vida social e cultural do Brasil de hoje; Os aspectos positivos de uma sociedade pluriétnica e pluricultural (MEC, 2009; SEDUC, 2010).

Como desdobramento da lei 10.639, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), publicou as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais no geral e dedicou um capítulo que apresenta as diretrizes para a Educação Quilombola (SECAD, 2006). No Estado de Mato Grosso vivemos um momento intenso de debates que culminou com as Orientações curriculares para a Educação Quilombola de Mato Grosso, publicado em 2010 (SEDUC 2010). Estas po-

líticas demonstram que há avanços em termos de políticas curriculares, cabem pesquisas mais amplas para verificar como estas vêm sendo efetivadas para uma Educação que atenda as necessidades das comunidades em suas especificidades.

Atualmente é expressiva em Mato Grosso a luta das Comunidades Quilombolas por garantia de seus direitos sociais, acesso e permanência à terra, à educação, à saúde e outros. Há no estado, 70 comunidades quilombolas identificadas, sendo 65 delas certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Destas, apenas 5 possui escolas instituídas pelo Estado (SEDUC, 2010).

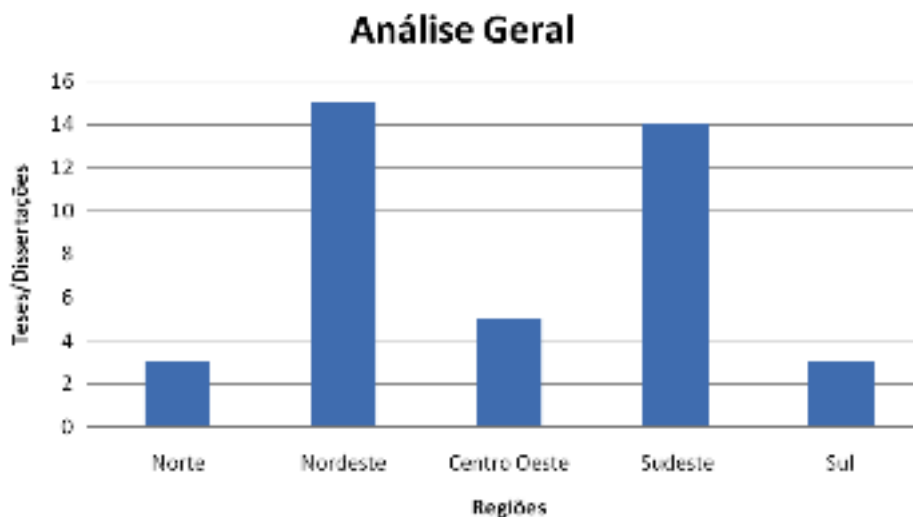
A Resolução Normativa 001/2013, de 22 de fevereiro de 2013 do Conselho Estadual de Educação do Mato Grosso, de acordo com a Lei 10.639, dispõe sobre a oferta obrigatória da Educação das Relações Étnicas e Raciais e do estudo da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. Essa resolução trouxe um reforço, com tom de obrigatoriedade, para que as instituições de ensino do estado de Mato Grosso cumprissem a lei 10.639/2003. Essas iniciativas somadas às orientações curriculares para o Estado de Mato Grosso, convoca a Educação Escolar Quilombola para a sua reconstrução no que diz respeito à valorização de suas singularidades.

É neste sentido, que a Escola deve buscar dialogar com a Educação Quilombola, diminuindo as distancias entre estas duas instâncias da sociedade, possibilitando o surgimento de uma nova proposta de ensino. A partir deste diálogo, entre instituição e comunidade quilombola, podem traçar novos caminhos, novas estruturas pedagógicas diferenciadas, na busca de sua autoafirmação. Pois é a partir da escola na e para as comunidades que se começam a discussão da inserção dos quilombos no cenário político, socioeconômico, antropológico, jurídico, cultural e espacial.

4. Resultados da Pesquisa

Cardoso e Arruti, (2011), realizaram uma pesquisa onde fizeram a análise das publicações sobre Educação Quilombola, por região geográfica, no período de 1990 a 2009. Observaram que o Nordeste e Sudeste se destacam. Estas regiões produziram três vezes mais trabalhos acadêmicos que a região Sul e o dobro do produto das regiões Norte e Sul juntas. A região Sudeste produziu duas vezes mais trabalhos acadêmicos em relação à região Centro Oeste. Conforme pode ser conferido no quadro a seguir, elaborado pelos autores.

Quadro 1 - Incidência dos estudos de acordo com as regiões – 1990 a 2009



Cardoso e Arruti, 2011 - A Temática Quilombola no Banco De Teses Da Capes – Relatório Lapf/PUC-Rio/PIBITI

Este quadro, que representa um total de 40 trabalhos em âmbito nacional, nos confirma o baixo índice de produções científicas na Região Centro-Oeste sobre o tema em questão, entre o período de 1990 a 2009, considerando o alto índice de territórios quilombolas nesta região.

Em nosso estudo, que compreende o período de 2005 a 2012, localizamos 5 teses de Doutorado, 46 dissertações de mestrado e 9 artigos, percebe-se nestes dados um leve aumento do número de estudos se comparado á quantidade dos estudos encontrados pelos autores acima citados. Deste total, selecionamos 2 teses, 8 dissertações e 4 artigos (14 publicações) que apresentaram mais informações no que tange a prática pedagógica diferenciada de escolas inseridas em Quilombos e que se referiam as contribuições do movimento social quilombola para a sua efetivação. Com relação às pesquisas desenvolvidas em comunidades localizadas no Estado de Mato Grosso, localizei 3 teses de doutorado e 9 de mestrado trazem como foco principal a questão ambiental e territorial, em diálogo com a educação, não aprofundando os aspectos mais específicos da educação escolar quilombola, os quais priorizamos.

As 14 referências selecionadas foram:

	Referência	Objeto/Localização da pesquisa	Instrumento	Síntese dos resultados
1.	CARVALHO, Claudia Cristina. UFMT, 2008. Dissertação.	Os significados do brincar e da brincadeira para as crianças e para a comunidade negra do Mutuca na construção da pertença identitária. Mata Cavalo.	Procedimentos etnográficos; calcados numa abordagem descritiva e interpretativa densa. observação participante e entrevista semi-estruturada	Os jogos e a brincadeira como fenômeno cultural permite à comunidade a religação com o cosmo societal; logo, são cimentos emocionais do agrupamento. A partir de um território dominado pelos afetos; reforça a pertença etno-cultural na construção identitária.
2.	CASTILHO, Suely Dulce de. PUC, 2008 Tese.	Relação entre família da comunidade negra rural de Mata-Cavalo – MT e Educação Escolar.	Método etnográfico, instrumentos: questionário fechado, entrevista e observação	Não há dissonância entre forma de socialização da escola e da família.
3.	CAVALCANTE, Ygor Yuri de Luna e RODRIGUES, Maria de Fátima. UFPB, 2010; artigo.	Aplicação prática da geografia escolar através da educação quilombola pela Lei 10.639/03 na comunidade de Paratibe-João Pessoa-PB.	Pequisa documental, aplicação de atividades e aulas assistidas, anotação das falas dos professores e estudantes	Os alunos perceberam fatores até então ignorados, mas que a partir de um trabalho de campo despertou o interesse dos alunos em buscar maiores conhecimentos do lugar onde moram, do território onde se solidifica sua identidade étnica.
4.	MARTENDAL, Rosana Manfrinate. 2011, UFMT. Dissertação.	Processo de educação contínua realizada por um grupo de mulheres do quilombo de Mata Cavalo	Abordagem epistemológica	A construção de gênero e suas identidades estão ligadas ao território em que as pessoas vivem, por sua ligação com a terra e como se relacionam com o seu próprio ambiente e no movimento de pertencimento ao lugar.
5.	MELO, Willivane F. Santarém-PA, 2007. Artigo.	Ações desenvolvidas na Secretaria Municipal de Educação de Santarém - PA destinadas às comunidades quilombolas.	Pesquisa ação.	Além do aumento da oferta educacional, as informações obtidas no diagnóstico
6.	MOURA, Antonio Eustáquio de. Uemat, 2011. Artigo.	Levantamento sobre a estrutura e funcionamento das escolas nas Comunidades Quilombolas e Negras Rurais do município de Poconé/MT.	Abordagem etnográfica.	Constatou-se que ocorreu um processo de fechamento de escolas das comunidades e concentração de alunos (as) em escolas localizadas fora das comunidades. Realização de audiências públicas.
7.	NASCIMENTO, Olin-dina. Serafim. UFES, 2011.	Incorporação dos saberes /fazeres dos mais velhos no cotidiano escolar. São Mateus (ES).	Pesquisa bibliográfica	Os quilombolas desejam respeito e diálogo sobre o que são e para onde querem chegar. Os mesmos são possuidores únicos de uma cultura e sabedoria aberta ao diálogo e não à manipulação.

8.	OLIVEIRA, Frederico Menino Bindi de. USP, 2009. Dissertação.	Movimento Social Quilombola	Análise descritiva, foco analítico.	A mobilização social quilombola no Brasil é resultado de uma combinação equilibrada de fatores estruturais, conjunturais e estratégicos.
9.	PARÉ, Marilene Leal, OLIVEIRA, Luana Pará de, VELLOSO, Alessandra D'Aqui. 2007. Artigo.	O processo de construção da Escola em São Miguel dos Pretos/Restinga Seca (RS) e Engenho II, território Kalunga/Cavalcante (GO).	Observação e entrevista	A importância de um novo olhar sobre a inserção do povo negro no sistema escolar, seja como receptor do conhecimento institucionalizado, ou como produtor da construção desse conhecimento.
10.	PINTO, Heldina Pereira. PUC, 2005 Tese.	Práticas curriculares da escola de Ensino fundamental, de 1ª a 4ª séries, na comunidade negra rural de Barra do Parateca-BA.	Apoia-se nos pressupostos metodológicos da pesquisa qualitativa e	No currículo escolar, a relação entre os saberes global e local não deve ser de passividade. É possível ser global sem sair do local.
11.	SANTANA, Carlos Eduardo carvalho. UNEB, 2005. Dissertação.	Processos Civilizatórios: Educação, Memória e Pluralidade Cultural nas Comunidades de Barra / Bananal e Riacho das Pedras, localizadas na Chapada Diamantina – BA	Abordagem etnográfica, utilizando a metodologia de observação participativa.	Os aspectos cotidianos dos moradores da comunidade são elementos que configuram a construção de uma identidade, num processo de constante aprendizagem, transmitido secularmente através da oralidade.
12.	SANTOS, Maria dos Anjos Lina dos. UFMT, 2007. Dissertação.	Movimentos Sociais e Educação Popular, realizada com o propósito de conhecer a origem da Comunidade Rural de Mata Cavalos.	Abordagem interdisciplinar	A memória tem um papel fundamental na construção da identidade do grupo e na conservação dos valores ancestrais e nas relações estabelecidas no interior do quilombo.
13.	SENRA, Ronaldo Eustáquio Feitoza. UFMT, 2009. Dissertação.	Educação e meio ambiente da comunidade quilombola Mata-Cavalo.	Sociopoética e Fenomenologia	As aprendizagens coletivas podem se tornar uma Contrapedagogia Ambiental
14.	SILVA, Ana Rita Santiago da. UNEB, 2005; Dissertação.	Identidade Negra das mulheres do quilombo Assantewa. (BA).	Estudo de caso, com abordagem etnográfica.	É possível construir espaços educativos antixenofóbicos e antidiscriminatórios, nos quais os seus sujeitos sejam reconhecidos como portadores e produtores culturais.

É importante destacar que destas 14 publicações, 6 se refere ao Estado de Mato Grosso, cujo foco da pesquisa 1 é Poconé e 5 é sobre a Comunidade Negra Rural Mata-Cavalo – MT. Neste caso, observa-se que há 70 comunidades no estado e apenas estes locais foram contemplados por pesquisas, demonstrando a necessidade de novos estudos que contemplem outras comunidades.

Quanto ao objeto dos estudos selecionados, podemos resumir grosso modo que os mesmos abordam: a) currículo e sua dissonância com a cultura local; b) identidade e autoafirmação; c) a contribuição do Movimento Negro para os avanços da luta quilombola; d) estrutura da escola e sua precariedade física e pedagógica.

Entre as 14 publicações selecionadas para esta pesquisa, 6 abordam a importância do currículo em sintonia com a realidade vivenciada pela comunidade em favor da identidade étnica. A dissociação entre currículo oficial da escola e a comunidade demonstra limites no acompanhamento dos trabalhos dos professores (CAVALCANTE, 2010; CASTILHO, 2008; MELO, 2007; NASCIMENTO, 2011; PINTO, 2005; SANTANA, 2005).

Todas reforçam ainda, a importância da educação quilombola para o fortalecimento da identidade. Carvalho (2008) vai além e afirma a importância de se trabalhar esta questão identitária desde as brincadeiras infantis. Nesta mesma direção, Martendal (2011) e Silva (2005) destacam o papel fundamental da mulher na construção da identidade do grupo e na relação entre o território, o sagrado e a escola.

Os estudos de Castilho (2008), Santana (2005), Senra (2009) e Silva (2005) citam o importante papel do Movimento Negro frente os avanços da Educação Escolar para as comunidades quilombolas, que se configura de forma específica em cada estado brasileiro. Oliveira (2009) e Santos (2007) discutem esta relação de forma mais intensa, enfatizando a necessidade de uma maior participação deste Movimento na definição da Política de Educação.

No geral, os estudos apontam a precariedade das estruturas físicas e pedagógicas das escolas nas comunidades. Melo (2007) e Moura (2011) destacam esta problemática, enfatizando a importância de um espaço físico adequado dentro da própria comunidade, como espaço gerador de aprendizagem.

Os quatro artigos (CAVALCANTE, 2010; MELO, 2007; MOURA, 2011; PARÉ, 2007) foram selecionados para esta pesquisa, tendo em vista que estes trazem reflexões pertinentes sobre a Política de Educação Escolar Quilombola e experiências positivas de um currículo apropriado, contribuindo desse modo para o avanço desta educação.

Parecem ausentes estudos que aprofundem as discussões referentes à Política da Educação Quilombola. Quais os elementos históricos contribuíram para os avanços desta Educação e como ela vem se configurando pós Lei 10.639, principalmente no Estado de Mato Grosso.

5. Considerações Finais

Os resultados das pesquisas mostraram que a Escola está muito aquém das necessidades das comunidades quilombolas em suas especificidades. É necessário se fazer um maior diálogo, entre elas, visando o vínculo afetivo, familiar, territorial, cultural e religioso, aspectos importantes para contribuir na solidificação da identidade quilombola, no sentimento de pertença dos moradores destes territórios. Mostraram também que estes são portadores de uma sabedoria única e que devem ser considerados nos currículos formais ou nas atividades cotidianas. E que o Movimento Negro tem o papel fundamental na efetivação do reconhecimento destes saberes através da atuação política em favor de uma educação antirracista.

Constata-se que, embora as importantes definições elencadas na legislação nacional, a realidade concreta no “chão” das comunidades quilombolas ainda requer efetividade para que se possa realmente discutir a existência de um ensino democrático, inclusivo, antirracista e emancipatório, considerando as especificidades dentro de um país tão multicultural.

Para além da terminologia em relação ao processo de efetivação de uma educação formalizada em território quilombola e reconhecida pelas secretarias de educação, buscamos a partir da análise dos trabalhos supracitados, preencher as lacunas com novos estudos acadêmicos. Lembrando Castilho (2008) que ressalta a necessidade de pesquisas neste âmbito, a fim de não só enriquecer os conhecimentos da academia, como também colaborar com a luta destas comunidades.

6. Referências

- ARRUTI, **Políticas Públicas para quilombos: terra educação e saúde**. In: PAULA, Mari-
lene de; HERINGER, Rosana (Orgs.). Caminhos convergentes: Estado e sociedade na supera-
ção das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação, Heinrich Boll, ActionAid,
2009.
- BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marce-
lo. **O Método da Revisão Integrativa nos Estudos Organizacionais**. Belo Horizonte, 2011.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Educação Quilombola**. Brasília: Salto para o Futuro. Bo-
letim n. 10, 2007.
- BRASIL. **Programa Brasil Quilombola**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004.
- CARDOSO, Alainaldo Onofre. **A temática quilombola no banco de teses da Capes: Ma-
peamento Preliminar**, PUC, Rio de Janeiro 2011.
- CARVALHO, Claudia Cristina Ferreira. **Ser no Brincar, o Brincar de Ser o Grupo: Um es-
tudo sobre a noção de pertença numa comunidade negra do Mutuca em Nossa Senhora
do Livramento - MT**. UFMT, 2008.
- CASTILHO, Suely Dulce de. **Quilombo Contemporâneo: educação, família e culturas,
Cuiabá**, EDUFMT, 2011.
- CAVALCANTE, Ygor Yuri de Luna e RODRIGUES, Maria de Fátima. **A importância da
Educação Quilombola na construção étnica e territorial da Comunidade Negra Parati-
be**, artigo, 2010.
- _____ e MONTEIRO, Karoline dos Santos. **Reflexões sobre a experi-
ência da educação quilombola na comunidade de Paratibe/PB**. Artigo 2011.
- FIGUEIREDO, Ilmara Valois Bacelar. **Histórias de Leitura, Trajetórias de Vida: um olhar
reflexivo sobre memórias leitoras quilombolas**. UFBA, 2009.
- FONSECA, Marcus Vinícius. **A Educação dos Negros: Uma nova face do Processo de
Abolição da Escravidão no Brasil**. Bragança Paulista, EDUSF, 2002.
- LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagem qualitativa**. São
Paulo, EPU, 1986.
- MARTENDAL, Rosana Manfrinate. **Histórias femininas: poder, resistência e educação
no quilombo de mata cavalo**. UFMT, 2011.

MELO, Willivane Ferreira. **Educação Escolar em Comunidades Quilombolas**. Artigo. SE-MED, Santarém-PA, 2007.

MINISTÉRIO da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações Étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2010.

SECAD. **Orientações e ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília, 2006.

MOURA, Antonio Eustáquio de. **As lutas das comunidades quilombolas e das comunidades negras rurais do município de poconé, mt por escolas públicas de qualidade**. Unemat, 2011.

NASCIMENTO, Olindina Serafim. **Educação Escolar Quilombola: memória vivência e saberes das comunidades Quilombolas do Sapê do Norte, Escola de São Jorge**. UFES, 2011.

OLIVEIRA, Frederico Menino Bindi de. USP, 2009. **Movimento Social Quilombola**. USP, 2009.

CUNHA, Perses Maria Canella da. Da Senzala á sala de aula: como o negro chegou á escola. In: OLIVEIRA. Iolanda de. **Relações Raciais e Educação: alguns determinantes**. Niterói, Intertexto, 1999.

PARÉ , Marilene Leal, OLIVEIRA, Luana Pará de, VELLOSO, Alessandra D'Aqui. **A educação para quilombolas: experiências de São Miguel dos Pretos em Restinga Seca (RS) e da Comunidade Kalunga do Engenho II (GO)**.

PINTO, Heldina Pereira. **O Global e o Local na construção de Práticas curriculares**. Puc, 2005.

PROGRAMA Brasil Quilombola - **Diagnóstico de Ações Realizadas**, Brasília, 2012.

RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. **A importância da educação quilombola na construção étnica e territorial da Comunidade Negra Paratibe**. UFPB, 2010.

SANTANA, Carlos Eduardo carvalho. **Processos Educativos na Formação da Identidade em Comunidades Remanescentes de Quilombo: um estudo sobre Barra, Bananal e Riacho das Pedras**. UNEB, 2005.

SANTOS, Maria dos Anjos Lina dos. **Memória e Educação na comunidade Quilombola de Mata Cavalos**. UFMT, 2007.

SEDUC Mato Grosso. **Orientações Curriculares: Diversidades Educacionais.** Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, Cuiabá, Defanti, 2010.

SENRA, Ronaldo Eustáquio Feitoza. **Por uma contrapedagogia libertadora no ambiente do quilombo Mata Cavallo.** UFMT, 2009.

SILVA, Ana Rita Santiago da. **Projeto Educacional do Quilombo Asantewa: Uma Alternativa Possível?** Salvador: UNEB, 2005.